

# BMW LEASING DO BRASIL S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

CNPJ nº 60.872.983/0001-88



## Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)

	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
<b>ATIVO</b>	<b>11.323</b>	<b>5.043</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>78.441</b>	<b>157.795</b>
Disponibilidades	317	477	Depósitos	-	45.821
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.900	-	Depósitos interfinanceiros	-	45.821
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.900	-	Outras obrigações	78.441	111.974
Operações de arrendamento mercantil	(424)	(858)	Fiscais e previdenciárias	417	760
Arrendamento a receber - setor privado	7.224	14.012	Provisão para imposto de renda diferido	10.277	11.459
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(7.138)	(13.918)	Credores por antecipação de valor residual	66.795	99.001
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(510)	(952)	Diversas	958	754
Outros créditos	4.369	5.050	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>-40.784</b>	<b>-85.987</b>
Diversos	4.369	5.050	Outras obrigações	-40.784	-85.987
Outros valores e bens	161	374	Fiscais e previdenciárias	2.503	2.404
Outros valores e bens	-	100	Provisão para imposto de renda diferido	6.130	11.048
Provisão para desvalorização	-	(29)	Credores por antecipação de valor residual	32.079	72.251
Despesas antecipadas	161	303	Diversas	72	284
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>15.091</b>	<b>16.630</b>	<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>	<b>5</b>	<b>171</b>
Operações de arrendamento mercantil	(245)	(694)	Resultado de exercícios futuros	5	171
Arrendamento a receber - setor privado	3.428	10.227	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>45.693</b>	<b>42.246</b>
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(3.428)	(10.227)	Capital social	-	-
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(245)	(694)	Domiciliados no País	35.682	35.682
Outros créditos	15.288	17.239	Reserva de lucros	10.011	6.564
Devedores por depósitos em garantia	345	445	Reserva legal	865	698
Diversos	14.943	16.794	Reserva de lucros	9.146	5.866
Outros valores e bens	48	85			
Despesas antecipadas	48	85			
<b>PERMANENTE</b>	<b>138.509</b>	<b>264.526</b>			
Imobilizado de arrendamento	138.509	264.526			
Bens arrendados	135.176	262.217			
Depreciações acumuladas	(62.297)	(87.718)			
Superveniência de depreciação	65.630	90.027			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>164.923</b>	<b>286.199</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>164.923</b>	<b>286.199</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de Lucros	Lucros/(Prejuízo) acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>28.278</b>	<b>389</b>	<b>7.404</b>	<b>-</b>	<b>36.071</b>
Aumento de capital	7.404	-	(7.404)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.175	6.175
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	309	-	(309)	-
Reserva especial de lucros	-	-	5.866	(5.866)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>35.682</b>	<b>698</b>	<b>5.866</b>	<b>-</b>	<b>42.246</b>
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	<b>7.404</b>	<b>309</b>	<b>(1.538)</b>	<b>-</b>	<b>6.175</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>35.682</b>	<b>698</b>	<b>5.866</b>	<b>-</b>	<b>42.246</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.447	3.447
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	167	-	(167)	-
Reserva especial de lucros	-	-	3.280	(3.280)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>35.682</b>	<b>865</b>	<b>9.146</b>	<b>-</b>	<b>45.693</b>
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	<b>167</b>	<b>3.280</b>	<b>-</b>	<b>3.447</b>	<b>44.253</b>
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012</b>	<b>35.682</b>	<b>798</b>	<b>5.866</b>	<b>-</b>	<b>42.246</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	1.440	1.440
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	67	-	(67)	-
Reserva especial de lucros	-	-	3.280	(3.280)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>35.682</b>	<b>865</b>	<b>9.146</b>	<b>-</b>	<b>45.693</b>
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	<b>67</b>	<b>3.280</b>	<b>-</b>	<b>(1.907)</b>	<b>1.440</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)

1. **Contexto operacional** - A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil é uma Sociedade pertencente ao "Grupo BMW", decorrente da aquisição da CM Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, anteriormente controlada pelo Banco Chase Manhattan S.A. A aquisição foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 17 de março de 1999. A Sociedade concentra suas atividades no arrendamento mercantil de consumidores finais de veículos e motos, na modalidade de Leasing Financeiro. 2. **Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras** - As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das demonstrações financeiras, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Entre 2008 e 2011, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Conselho Monetário Nacional: a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; b) CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; c) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; d) CPC 24 - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; e) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; f) CPC Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. As demonstrações financeiras foram aprovadas em 30 de janeiro de 2012. 3. **Principais práticas contábeis** - a) **Auração dos resultados** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de arrendamento vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. b) **Operações de arrendamento** - As operações de arrendamentos a receber são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos. As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e são apropriadas a rendas efetivas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84. O ajuste financeiro da carteira de arrendamento foi calculado em conformidade com os critérios do Banco Central do Brasil - BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno dos contratos. c) **Ativos circulante e realizável a longo prazo** - São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável. d) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)** - As operações de arrendamento são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável. e) **Imobilizado de arrendamento** - Está registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, e ajustado pela superveniência/insuficiência de depreciação. A depreciação é calculada às taxas permitidas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, conforme critérios estabelecidos pela Portaria MF nº 140/84, quando aplicável. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual, em favor do arrendador. O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto do arrendamento. f) **Passivos circulante e exigível a longo prazo** - São demonstrados por valores captados, conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos. g) **Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 15%, considerando para fins de apuração das bases de cálculo a legislação vigente independente de cada encargo. Os valores registrados no ativo, na rubrica "Outros créditos - créditos tributários", foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (vide nota explicativa nº 10). Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no exercício das alíquotas de 15%, acrescida de 10% de adicional para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social, respectivamente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, resultado de exercícios futuros e prejuízo fiscal, estando registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006. Os passivos fiscais diferidos foram constituídos no período à alíquota de 25% para imposto de renda, sobre a superveniência de depreciação. h) **Estimativas contábeis** - A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, auração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas. A Sociedade revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto para a realização do crédito tributário que é reavaliado semestralmente. i) **Lucro líquido por ação** - É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços. j) **Contingências** - Para a constituição de provisão para passivos contingentes, adota-se critério de classificação das contingências em remotas, possíveis e prováveis, em conformidade com o CPC n.25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 de 26 de dezembro de 2009. A possibilidade de ocorrência de perda é classificada com prováveis ou obrigações legais, dispensando o aprimoramento das contingências classificadas como possíveis e remotas. 4. **Caixa e equivalentes de caixa** - É o conjunto de caixa, valores recebidos nas baixas de parcelas e liquidações de contratos que são disponibilizados no 1º dia útil do mês subsequente e, aplicações financeiras de curto prazo conforme segue:

	2012	2011
Baixas para prejuízo	347	633
Renegociações	693	1.123
Recuperadores	282	485
<b>Concentração dos maiores devedores:</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
10 maiores clientes	5.736	14.556
50 seguintes maiores clientes	7.598	19.276
100 seguintes maiores clientes	8.040	20.399
Demais clientes/emitentes	18.056	45.799
<b>TOTAL</b>	<b>39.430</b>	<b>100.000</b>

6. **Imobilizado de arrendamento e perdas em arrendamento a amortizar** - Visando atender ao regime de competência, a Sociedade reverteu a provisão para superveniência de depreciação no 2º semestre o valor de R\$ 11.208 e, no exercício, R\$ 24.397 (R\$ 13.494 em 2011), equivalente ao ajuste a valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 65.630 (R\$ 90.027 em 2011) e gerou, no exercício, uma reversão na provisão para imposto de renda diferido de R\$6.099. O imposto de renda diferido é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

	2012	2011
Máquinas e equipamentos	1.562	2.185
Veículos e afins	133.530	259.939
Superveniência de depreciação	65.630	90.027
<b>Subtotal</b>	<b>200.542</b>	<b>352.151</b>
Perdas em arrendamento a amortizar	265	17
Depreciações e amortizações acumuladas	(62.297)	(87.801)
<b>Total</b>	<b>138.510</b>	<b>264.526</b>

7. **Depósitos interfinanceiros - a. Interfinanceiros** - Em 31 de dezembro de 2012 não havia saldos em aberto referentes a captações no mercado interfinanceiro. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo total de depósitos interfinanceiros era de R\$ 45.821 e referiam-se às captações de recursos com instituições financeiras à taxa de juros de mercado. 8. **Resultado de exercícios futuro** - É constituído pela equalização de taxas nas modalidades de Leasing, recebidas da BMW do Brasil e suas revendas, apropriado pelo prazo médio da carteira (36 meses). 9. **Patrimônio Líquido - a. Capital social** - O capital social é representado por 27.079.139 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 23 de abril de 2012 foi realizada Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que aprovou as demonstrações financeiras de 2011, a reeleição dos membros estatutários e outras alterações do Estatuto Social referentes à representação perante órgãos oficiais e ouvvidoria. A documentação foi apresentada ao Banco Central do Brasil em 25 de abril de 2012 e homologada em 21 de maio de 2012. b. **Dividendos** - Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela Sociedade. O resultado do período será deliberado na próxima Assembleia Geral Ordinária e durante este período serão retidos em reservas de lucros. c. **Reservas - Reserva Legal** - Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% da capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. 10. **Imposto de renda e contribuição social - Imposto de renda e contribuição social - valores correntes e diferidos:**

	2012	2011
2º Semestre	2012	2011
Causas possíveis	Montante R\$	Montante R\$
Cíveis	8	694
Fiscais	45	26.659
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>27.353</b>

	2012 - Acumulado	2011 - Acumulado
Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)
BMW do Brasil Ltda	-	1
Outros créditos - diversos	-	(43)
Outras obrigações - diversas	(6)	(282)
<b>BMW Financeira S/A - CFI</b>	<b>(286)</b>	<b>(43)</b>
Aplicações financeiras	-	1
Valores a pagar de ligadas	(256)	(95)
Depósitos interfinanceiros - CDI	(1.833)	(45.821)

11. **Remuneração do pessoal-chave da administração** - Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital com mais de 10%; c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria Sociedade, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelos instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. A BMW Leasing não possui benefícios de longo prazo, de pro-prietary, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave

interior da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras** - A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil com provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificadas no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas as demonstrações financeiras nº 3b e 6. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.097/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do

exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2012 e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Opinião com ressalva** - Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2013

**KPMG** Auditores Independentes  
CRC 25P014428/O-6

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2º Semestre	Exercício
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>24.798</b>	<b>94.651</b>
Operações de arrendamento mercantil	24.740	59.436
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	58	93
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(19.973)</b>	<b>(49.171)</b>
Operações de captações no mercado	(252)	(1.832)
Operações de arrendamento mercantil	(19.876)	(47.597)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	155	258
<b>RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>4.825</b>	<b>10.358</b>
<b>OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.999)</b>	<b>(3.605)</b>
Outras despesas administrativas	(825)	(1.781)
Despesas de pessoal	(583)	(1.045)
Despesas tributárias	(263)	(821)
Outras receitas operacionais	354	910
Outras despesas operacionais	(482)	(868)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>2.826</b>	<b>6.753</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>-</b>	<b>(29)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>2.826</b>	<b>6.724</b>
Provisão para imposto de renda	299	566
Provisão para contribuição social	(474)	(1.105)
Impostos diferidos	(1.211)	(2.796)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>1.440</b>	<b>3.447</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO</b>	<b>0,05</b>	<b>0,12</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Acumulado 2012	Acumulado 2011
Resultado antes da tributação sobre o lucro	6.782	6.782
Adições	25.217	820
Exclusões	(531)	(531)
<b>Base de cálculo</b>	<b>31.468</b>	<b>7.071</b>
Compensação de prejuízo fiscal	(9.440)	-
<b>Base de cálculo após compensação</b>	<b>22.028</b>	<b>7.071</b>
Alíquota (IR 15% e CS 15%)	3.304	1.061
Adicional (IR 10%)	2.179	-
Ajustes de exercícios anteriores	50	44
Valores diferidos	(6.099)	-
Ativo fiscal diferido	2.641	155
<b>Efeito do IR e CS no resultado</b>	<b>2.075</b>	<b>1.260</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>8.312</b>	<b>8.312</b>
Adições	14.638	1.144
Exclusões	(988)	(988)
<b>Base de cálculo</b>	<b>21.962</b>	<b>8.468</b>
Compensação de prejuízo fiscal	(6.589)	-
<b>Base de cálculo após compensação</b>	<b>15.373</b>	<b>8.468</b>
Alíquota (IR 15% e CS 15%)	2.306	1.269
Adicional (IR 10%)	1.514	-
Ajustes de exercícios anteriores	88	-
Valores diferidos	(3.373)	-
Ativo fiscal diferido	540	(207)
<b>Efeito do IR e CS no resultado</b>	<b>1.075</b>	<b>1.062</b>